

II<sup>o</sup>- Simpósio do MEPES  
20 - 24 de setembro 1976

ENCARGOS ECONÔMICOS

(Exposição do Sr. Francisco Giusti)

Prezados Senhores.

Acabamos de ouvir, apresentado pelos colegas que me precederam, um panorama da atuação do Movimento. Foi o andar rápido através destes 8 anos, tocando pontos e aspectos salientes, tentando considerações críticas, lançando aos senhores interrogações sobre nossos problemas, arriscando previsões e perspectivas : a curto e médio prazo.

Houve, acredito, em todos o esforço da objetividade, embora que o fato de ter sido os os relatores também protagonistas desta caminhada os faça condicionados na serenidade da visão pela paixão.

Cabe a mim agora entrar num assunto menos nobre, de escassa ductilidade, frio e necessariamente bastante indiferente aos sentimentos.

É o aspecto econômico-financeiro; é aquele suporte indispensável para as atividades do MEPES, que no documento preliminar e na programação geral é chamado de "Encargos econômicos" do MEPES".

Adianto . . que não sou especialista no assunto, aliás digo-me leigo, embora que pelo cargo de Secretário Executivo do Movimento deva mergulhar também no econômico. Além de pouco competente não sou um "veterano" dentro do MEPES, tendo acompanhado somente estes dois últimos anos, ocupando o cargo de Secretário Executivo somente em 1976.

Os senhores, talvez, já tomaram visão do quadro de resumo das fontes de receita do MEPES publicado no documento divulgado em vista deste simpósio. Este quadro-resumo refere-se ao triênio de 1973 a 1975; existe um trabalho do genero que vai do início de nossas atividades até 1972 editado em preparação do simpósio de 1973.

Com uma visão de política econômica lúcida e perspicaz, desde seu nascer, o MEPES procurou diversificar as fontes de recursos para alargar seu relacionamento, difundir melhor o ideal promocional, expandir o novo modelo de educação, enfim, fugir ao perigo de condicionamento ou estrangulamento de suas idéias inspiradoras, o que poderia acontecer se se entregar ingenuamente nas mãos de uma só entidade.

Por isso procuramos recursos em área local, estadual, nacional e internacional.

Na área local são as comunidades, onde nós implantamos nossas unidades, as primeiras a ser convidadas a colaborar concretamente.

Principalmente na 1ª etapa de construção dos prédios maciça e determinante foi e é a contribuição das forças comunitárias. Todas nossas escolas, no setor da educação, e os mini-postos, no setor da saúde, nascem assim.

Diria que as comunidades aceitam generosamente qualquer convite de colaboração extraordinária, mas não parecem ainda prontas e suficientemente maduras para assumirem concretamente o acompanhamento constante da manutenção das obras.

Na fase inicial de construção contamos também com a contribuição, embora modesta na proporção, das prefeituras.

Para a manutenção de nossas escolas o apoio e contribuição das administrações municipais foi diminuindo no decorrer do tempo. Em 1975 só tres prefeituras colocaram em seu orçamento uma verba para nossas escolas; duas liberaram as verbas, da terceira - até hoje não recebemos.

As contribuições foram de Cr\$ 500,00 e a cerca de Cr\$ 400,00 e Cr\$ 300,00 mensais.

Outras administrações parecem ignorar nossa presença e nosso trabalho dentro de seus <sup>municípios</sup> princípios embora atuando em setores, educação e saúde, de grande interesse social.

Será uma indiferença vinda da rotina do relacionamento, ou será o sinal de uma fratura mais profunda, insanável, vinda de uma visão social diferente, senão antitética?

Os pais (vejam como nossa análise continua dentro dos recursos locais) contribuem com a taxa de alimentação, calculada - numa escola em cada sessão na base do custo vivo dos alimentos, em outras por uma taxa fixa, válida para o ano todo ou reajustada periódicamente.

Por ter uma idéia do que significar isso comparado - ao custo global duma escola basta dizer que neste ano na Escola-Família de Alfredo Chaves a entrada anual da taxa de alimentação dos alunos, suposto que fiquem todos em dia, o que raramente acontece, corresponde ao 17-18% do que o Movimento gasta para os salários - dos monitores, da cozinheira e do tomador de conta da propriedade da mesma escola.

Nos encontros de pais dos nossos alunos sempre faço questão de contrapor à afirmação de muitos agricultores que dizem ser a EFA "barata", a demonstração que essa é cara. Barata parece - ao agricultor, porque o IESPES desde o começo quis aliviá-lo de qualquer onus. Foi isso política certa? Não quero afirmar claramente - que não, mas tenho fortes dúvidas e acredito que isso tenha implicancia negativas também no plano educativo.

O barato leva os pais a colher, nisso quase a nota caracterizante de nossa escola, ao passo que não é minimamente a peculiaridade que nos distingue.

Na medida que o agricultor descobrir que a escola da família Agrícola é diferente das outras não porque barata, não porque permite ao filho de conseguir o diploma do fundamental continuando a trabalhar em casa, mas diversa porque libertadora do agrí-

cultor, ao passo que outra é alienante, é válida porque leva o filho a amar a terra e a transformar o trabalho da roça em cultura, ao passo que outra faz do filho em sua casa o "estranho no ninho", dizia: na medida que o agricultor descobrir isso e aprofundar este valor, ele deverá ver se por acaso não vale a pena aumentar sua contribuição além da taxa de alimentação, criar novas iniciativas de sustento, tornar-se ele mesmo responsável frente à comunidade e à administração municipal para a sobrevivência da sua Escola.

Na área Estadual a maior contribuição vem do Estado. Os convênios no decorrer dos anos sofreram razoáveis reajustes. Podemos dizer que esta é a fonte de maior segurança, embora a assinatura do convênio é demorada e lenta a liberação das parcelas.

Mas qual o porte do convênio? que significa isso no orçamento geral do Movimento? Quais as perspectivas para um futuro próximo?

Este ano foi do valor de Cr\$ 900.000,00 corresponde a cerca de 60% do que o MEPES gasta anualmente para os salários dos operadores no setor da educação, excluindo portanto o setor de saúde.

Durante estes anos a ligação com o Estado foi através de órgãos diferentes: Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Bem Estar Social. Isso nos preocupa um pouco: - estamos prestando um serviço útil? Ou somos um peso que passa dos ombros de um para os ombros de outros? Qual o nosso lugar certo, - qual o órgão competente para nosso relacionamento com o Estado? Será que o Estado continuará nos apoiando, garantindo sua contribuição reajustada pelo menos da inflação?

Faz uns 15 dias num encontro muito cordial e franco com o Dr. Gianardoli, secretário de Estado, demonstrava-se bastante cético sobre a possibilidade de reajuste para 1977, aliás sua dúvida ia até a insinuar (espero não a nível de hipótese) a possibilidade dum corte, ou mesmo o fim da contribuição.

Alegava como justificativa a carência de recursos do Estado frente às grandes exigências do povo capixaba, e como exemplo nos descrevia com pinceladas de tintas fortes as implicações sociais do fluxo migratório na grande Vitória. Pela estima que tenho para o Dr. Romualdo o acompanhava em sua exposição quase vibrando com ele, mas ficava também pensativo e me perguntava: "de onde vem estes emigrantes que chegam em Vitória? não será talvez de nosso meio rural? Não são eles os frustrados, aqueles que rompem com a terra porque uma política agrária incapaz, um sistema antisocial, uma educação inadequada quebraram a antiga harmonia que existia entre o agricultor e a terra? E se assim, qual será o investimento melhor? Esperar estes revoltados do campo à margem da Grande Vitória e aumentar com eles o cinturão de favelas da periferia, ou em vez alcançá-los na roça para tentar através de uma nova educação de reconciliá-los com a terra?" Aos homens de governo nós dizemos que o MEPES está disponível e está engajado nesta segunda alternativa. Seria pena que uma iniciativa pioneira, uma carga maravilhosa de recursos humanos morressem por asfixia.

Sempre a nível estadual contamos com a colaboração da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Continua dando em comodado o prédio e a propriedade de Oliviana em Anchieta onde está funcionando o 2º Grau. O convênio em valor não é grande, mas até agora foi -

constante: abrange o setor da educação, da assistência ao pré-escolar, e da saúde.

Esperamos que as linhas políticas da Legião Brasileira possam ser sempre compatíveis com nossas atividades.

O Convênio com o Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra (PIPMO) que garante a realização de cursos profissionalizantes no setor primário e secundário permite um equilíbrio financeiro enquanto os cursos saem de acordo com a verba.

Já entramos com o PIPMO na área nacional, embora nos restava de lembrar no estadual também a FESBEM, Fundação Espiritosantense do Bem Estar do Menor, mas gosto uní-la à Fundação irmã - nacional a FUNABEM. Os convênios com estas entidades são ocasionais e extraordinários visando mais: equipamentos, diria que não dá para calculá-los entre as receitas que garantem a manutenção de -- nossas obras.

O FUNRURAL tem convênios com o Hospital-maternidade de Anchieta, e juntamente com o INPS, cujo convenio é recente, fazem o hospital auto-suficiente em sua administração ordinária. Na medida que melhorarem as condições de atendimento e os equipamentos, também pode-se esperar que melhorem os recursos vindos destes convênios. Parece quase um azar: na saúde poderíamos talvez facilmente arranjar os recursos econômicos, mas tornam-se bastante difíceis aqueles humanos.

Nas entidades nacionais, apesar que concretamente possa ser considerada internacional, vai colocada também a Sociedade Nacional de Instrução (SNI), os Jesuítas, cuja colaboração mais que em termos de dinheiro deve ser avaliada como capital humano, e pelo apóio certo nas horas mais incertas. Isso em termos de avaliação e também de perspectivas.

Na área internacional mantemos convênios nestes anos com entidades de diferentes países:

- Com a Misericor da Alemanha que nos permitiu de equipar os Grupos de Tratores dos implementos necessários. Ao tentar, ano passado, deve renovar os laços de relacionamento encontramos porém às portas fechadas.

- a CEBEMO - da Holanda financiou a construção do Hospital de Anchieta, e mantemos aberto ainda o relacionamento sendo em fase de estudo novos nossos projetos, referentes à construção da sede do Centro de Formação ou o financiamento de bolsas de estudo do mesmo.

- a FIA, Fundação Interamericana dos Estados Unidos desde maio de 1974 até dezembro de 1976, está financiando com critérios muito liberais o funcionamento do Centro de Formação. Nos anima a esperança de poder renovar para o 1977 este convenio, embora a esperança seja fundada sobre ténues elementos.

Com outras entidades estamos tentando o diálogo, nos servindo como interlocutor intermediário da Associação Internacional das Escolas Famílias, com sede na França. Apresentamos um projeto que visa a autonomia de nossas unidades, querendo valorizar a possibilidade de explorar ao máximo as propriedades agrícolas das Escolas.

Muito mais no setor internacional vale a diversificação das fontes, a criatividade de inventar novos caminhos, de apresentar nosso trabalho através de factas sempre diferentes para suscitar o interesse de quem tem grandes capitais para investir em experiências novas e pioneiras.

Mas não dá para contar muito na estabilidade destes recursos. Querendo usar um linguajar bastante informal mas expressivo, podemos dizer que com as entidades estrangeiras o namoro é — fácil (fase de apresentação e estudo do projeto), o chegar ao noiva do de vez em quando é possível (fase de aprovação dum projeto de — experiência e de duração limitada); dificilmente, ou quase nunca se dá o casamento (renovação constante dos convênios).

Em fim falando de entidades internacionais coloco a Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES) com sede em Padova — Itália. Última pelo motivo que entre as nacionais última coloquei a SNI dos Jesuítas. A AES pode ser considerada madrinha ongemia do MEPES, não sei: certo que certo parentesco existe.

Além da comunhão de ideais, do apoio moral constante, sempre, nestes anos, a AES veio acompanhando as despesas de viagens e de salários dos voluntários italianos no Brasil, tem dado — seu interessamento determinante para conseguir junto com o Governo italiano os contratos para os técnicos.

No decorrer do tempo o gráfico destas ajudas tem sido descontínuo. Atualmente parece estar em fase de crise. A crise é devida, a meu ver a vários fatores: a grave crise política-econômica da Itália — os altos índices de reajustes salariais destes — últimos 2 anos no Brasil (1968= 23,42% — 1969= 20,37% — 1970= 20% — 1971= 20,51% — 1972= 19,15% — 1973= 16,07% — 1974= 20,77% para — passar no 75 e 76 além do 40%) isso desequilibrou fortemente o valor da colaboração da associação — acrescenta-se ainda o aumento — constante de exigências do MEPES em seu crescimento — em fim acho que também influe o desgaste do tempo que vai achatando os interesses e os entusiasmos.

Por isso para um futuro imediato a associação não garante de poder acompanhar para os voluntários italianos no Brasil os nossos níveis salariais.

.....

Meus Senhores, ao encerrar esta análise deveria tentar uma síntese, tirar uma conclusão, projetar algo em termos de perspectivas.

O MEPES, nestes anos viveu e cresceu: no meio de dificuldades, através de sacrifícios, sempre porém conseguiu superar as horas de crise,

Isso nos faz esperançosos, mas não completamente despreocupados. O que mais desgasta e nos deixa duvidosos não é a escassez de recursos, não é o fato de não poder pagar melhor — nossos operadores, não\*. O que mais preocupa e faz às vezes nossas noites insoneas, é a INCERTEZA dos recursos, é a INCERTEZA dos salários.

Todos os recursos, todas as receitas examinadas em -  
minha exposição, vejam bem, sofrem da mesma carência de fundo: a  
PRECARIEDADE DA DURAÇÃO DO CONVÊNIO.

Disso deriva uma INSEGURANÇA profunda em nossos operadores, que causa frequentemente um senso de frustração com aspectos e consequências diferentes: de acomodação destes, de revolta daqueles, de desistência dos outros e respectiva defasagem geral - na vida do Movimento, e reflexo negativo sofrido em suas atividades.

Nestes oito anos, na medida que o MEPES cresceu, e a precariedade continuou, a insegurança se fez, talvez, mais aguda.

Estamos num beco sem saída ou dá para enxergar soluções?

A mim cabia apresentar o diagnóstico, cabe aos Senhores, principalmente a quem trabalharem na comissão dos "Encargos Econômicos" sugerir a terapia.

Peço-lhes, porém, que este simpósio reflita e avalie não só as linhas filosóficas, as opções operacionais, as visões sociais, as orientações educacionais do Movimento, mas tomem também - em séria consideração a situação econômico-financeira e apresentem, se viável, pistas, novos caminhos, sugestões concretas.

A aurora, em geral, traz consigo a esperança de um dia novo, de um dia melhor, o crepúsculo, vem e nos encontra, em geral, cansados muitas vezes, alegres pelo belo dia, frequentemente amargurados e decepcionados pelo fracasso.

Ao iniciar o simpósio nos alegra a esperança de frutos copiosos que ao chegar à conclusão possamos nos alegrarmos - por novas perspectivas: Deus não queira que a decepção nos traga uma INSEGURANÇA MAIOR.